

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 59.437 - RS (2018/0308152-5)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **ELISANGELA GRAAF KAMCHEN**
ADVOGADOS : **ALEXANDRE LUIS JUDACHESKI - RS066424**
 : **FABIO DAVI BORTOLI - RS066539**
RECORRIDO : **ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**
RECORRIDO : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

DECISÃO

1. Cuida-se de mandado de segurança impetrado contra ato de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Santa Rosa/RS perante TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL que, em decisão interlocutória, nos autos da demanda declaratória de inexigibilidade de cobrança e indenizatória por danos morais decorrentes da indevida negativação (Processo 028/1.17.0003465-7), declinou de ofício da competência em prol do Juizado Especial Cível, sustentando tratar-se de competência absoluta, consoante o trecho a seguir transcrito (fls. 92-95):

“(…) Dito de outro modo, tais dispositivos devem ser lidos no seguinte sentido: a Lei nº 9.099/95, em seu art 3º, § 3º, e a Lei Estadual nº 10.675/96, em seu art. 1º, parágrafo único, serão inconstitucionais se da sua aplicação resultar a violação dos princípios da celeridade, da eficiência, da razoabilidade e proporcionalidade, estes dois últimos entendidos como faimess, ou seja, como equanimidade, como entende, por exemplo, Ronald Dworkin ao trabalhar com a idéia de princípios enquanto padrões, imperativos de moralidade, justiça, equanimidade etc. (DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. Tradução: Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 36). A aplicação da NPSRT - pode-se dizer - é até mesmo indispensável no caso dos autos para, protegendo a res pública, a República, evitar que se transfiram recursos dos demais contribuintes - que levam as suas causas para o Juizado Especial - em prol da realização da "felicidade" (proveito individual) de uma pessoa que usa a máquina judiciária, o juízo comum - quando deveria utilizar o Juizado para seu próprio benefício, deduzindo matéria e valores incompatíveis com a ratio do procedimento do juízo comum e compatível, sim, com a matéria e os valores que conformaram a criação dos Juizados Especiais. Por fim, a NPSRT é indispensável no caso dos autos justamente para evitar que demais demandas da espécie, como vem ocorrendo a todo o momento, sejam sufragadas pelo Poder Judiciário, com o que ganhariam, então, o condão de "universalizar" tais condutas, fazendo com que as demais pessoas também passem ou continuem a se utilizar do Juizado comum para deduzir pretensões de ínfimo valor e sem qualquer complexidade, como já vêm fazendo há tempos, esvaziando, com isso, o Juizado Especial. Por tudo o que foi dito, não há qualquer interesse processual do autor em veicular demanda da espécie nos Juizados Especiais, e isso tanto do ponto de vista jurídico - portanto, constitucional - como do ponto de vista econômico. Então, não pode ser movimentado o juízo comum da máquina judiciária - que não é a financiadora, patrocinadora ou tutora econômica da "cidadania"

do modo como está sendo movimentado. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. DECLARATÓRIA. INOENIZATÓRIA. Quando a causa é típica dos critérios elencados para tramitação no Juizado Especial Cível, é em tal esfera que deve ser processada a ação, sob pena de situação diversa possibilitar ao litigante manipular a jurisdição, o que se mostra defeso. Precedente da Câmara. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO. DECISÃO MONOCRÁTICA. (TJRS - Agravo de Instrumento nº 70068268309 - Vigésima Câmara Cível - Relatora: Walda Maria Melo Pierro, Julgado em 18/02/2016).

Assim, com fundamento na inconstitucionalidade do § 3º do art. 3º da Lei nº 9.099/95 e do parágrafo primeiro do art. 1º da Lei Estadual nº 10.675/96, além do fato de carecer o autor de interesse processual e o tipo de procedimento escolhido - procedimento do juízo comum - não corresponder à natureza da causa e ao valor da ação. Há que se declinar da competência, devendo, portanto, a demanda tramitar obrigatoriamente nos JECÍveis. Pelo exposto, DECLINO DA COMPETÊNCIA, forte nos fundamentos acima. Adianto à parte autora, desde já, que NÃO irei reformar a minha decisão em caso de eventual recurso. Se interposto eventual recurso apelação. CITE-SE, por mandado, a parte requerida para, querendo, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis (art. 331. § 1º, c/c art. 219 do CPC), responder ao recurso, REMETENDO-SE. depois, os autos ao TJRS. Distribuído qualquer recurso no Segundo Grau, comunique-se imediatamente o Relator do processo no TJRS, dando conta da pretensão da parte autora, bem como prestem-se eventuais outras informações solicitadas. Para fins recursais, desde já, ficada deferida a gratuidade da justiça à parte autora. Tendo em vista a implantação do processo eletrônico no Juizado Especial desta Comarca, ficam os autos à disposição da parte autora, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para, se tiver Interesse, digitalização da inicial e dos documentos que a acompanham e/ou desentranhamento de documentos, mediante recibo e mantendo-se cópia nos autos. Após, não havendo interposição de recurso, o que deverá ser certificado, ARQUIVEM-SE estes autos físicos com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.”

O Tribunal de origem, analisando o *mandamus*, não conheceu do mandado de segurança, destacando que (fl. 119-120):

“Entendo que não é o caso de conhecimento do presente mandado de segurança impetrado. Isto porque, como entende a melhor doutrina e jurisprudência, o mandado de segurança só é cabível em hipóteses manifestamente teratológicas, com flagrante ilegalidade ou abuso de poder e que têm evidente potencial de causar dano definitivo ou de difícil reversão, o que não se aventa in casu. Ademais, a decisão foi devidamente fundamentada, em extensa argumentação e em conformidade com as diretrizes impostas pela Constituição ao Processo Civil. Quanto à sistemática apresentada pelo Código de Processo Civil de 2015, entendo que está, com suas diretrizes de fomento aos princípios da economia e celeridade processuais, **não pretendeu a substituição**

do agravo de instrumento pelo mandado de segurança na hipótese de decisão que declina da competência. (...)

Ora, em que pese, de fato, agora não seja mais cabível o instrumento de agravo em face da decisão que declina da competência, não há como conceber que seja substituído pelo mandado de segurança, sob pena de banalização do referido remédio constitucional e de desvirtuar a finalidade da recente reforma do nosso processo civil.” (g n).

Interposto agravo regimental em face da decisão monocrática do e. relatora, decidiu a Sexta Seção Cível daquele Tribunal negar provimento ao recurso, confirmando a decisão monocrática nos seus devidos termos (fls. 157-159).

Irresignada, a impetrante interpõe recurso ordinário com fulcro no art. 105, II, b, da Constituição Federal.

Sustenta em suas razões que o direito líquido e certo que lhe assiste consiste na faculdade de escolher livremente entre propor sua demanda perante a Justiça Estadual Comum ou perante o Juizado Especial Cível da mesma comarca, em razão da incidência das normas do §3º do art. 3º da Lei 9.099/95 e art. 1º da Lei Estadual 10.675/96, as quais definem como relativa a competência dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.

Argumenta que a autoridade coatora violou sua prerrogativa legal de propor a demanda perante a Justiça Comum ao pronunciar de ofício a incompetência do Juízo para a causa e declinar da competência em prol dos Juizados Especiais Cíveis, por via de decisão interlocutória não listada no rol do art. 1.015, do CPC/15.

Sublinha que a decisão judicial atacada é manifestamente abusiva e ilegal, pois aliena do titular do direito a opção que a lei processual conferiu, consoante pacificada jurisprudência que consignou por meio da citação de ementas de julgados desta Corte Superior de Justiça e pela invocação do enunciado de Súmula 33/STJ.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento e provimento do recurso (fls. 199-203):

“RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO JUDICIAL. DECISÃO IRRECORRÍVEL. CABIMENTO DO WRIT. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE COBRANÇA C/C DANO MORAL E RESPONSABILIDADE CIVIL DISSUASÓRIA. AJUIZAMENTO NA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. POSSIBILIDADE. ART. 3º, § 3º DA LEI 9.099/1995. OPÇÃO DO AUTOR. PRECEDENTES DESSE STJ. Parecer pelo provimento do recurso ordinário.”

É o relatório.

Decido.

2. De início, cumpre enfrentar o argumento esposado pela impetrante de

que a: “*forma em que o magistrado de primeiro grau aplicou e vem aplicando suas decisões (declinação de competência de ofício para o Juizado Especial Cível sem sequer extinguir o feito) foge a boa técnica processual, pois da mesma não cabe nenhum outro recurso imediato, nem posteriormente, senão o Mandado de Segurança*” (fl. 167).

Sobre a ausência de recurso específico para atacar a decisão objeto do mandado de segurança, o Tribunal de origem anotou que o Novo Código de Processo Civil não pretendeu a substituição do agravo de instrumento pelo mandado de segurança, pois não se pode banalizar o remédio constitucional ou desvirtuar sua utilização para fora de casos em que haja decisão judicial claramente teratológica, contra a qual o sistema normativo não contemple recurso específico.

Destarte, a admissibilidade do mandado de segurança na hipótese dos autos passa por reconhecer que a questão jurídica invocada foi de interpretação controvertida nos Tribunais até recentemente. Afinal, desafia mandado de segurança toda decisão judicial possivelmente teratológica que deixou de ser atacável pela via do agravo de instrumento, considerando restritivamente o rol do art. 1015 do Código de Processo Civil de 2015? A resposta a esta pergunta gerou controvérsia contemporânea à ocasião da impetração do *mandamus* em exame, que se deu, ainda, em outubro de 2017.

Nesse sentido, são as hipóteses listadas na norma processual que inequivocamente admitem recurso pela via do agravo de instrumento:

“Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: I - tutelas provisórias; II - mérito do processo; III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem; IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica; V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação; VI - exibição ou posse de documento ou coisa; VII - exclusão de litisconsorte; VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio; IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros; X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução; XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º; XII - (VETADO); XIII - outros casos expressamente referidos em lei. Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.”

Após muitos debates e divergências na jurisprudência pátria, em dezembro de 2018, a Corte Especial do STJ decidiu conferir interpretação extensiva ao art. 1.015 do CPC/15, pacificando o entendimento de que é cabível a interposição de agravo de instrumento contra decisões interlocutórias mesmo em hipóteses que não estejam expressamente previstas na norma de referência. Para tanto, exige-se a presença de situação de urgência decorrente da possível inutilidade do julgamento da questão quando do recurso de apelação. Nesses casos, firmou-se o entendimento de que o agravo de instrumento deve ser admitido, ainda que fora hipóteses elencadas no rol do dispositivo da norma processual. Trata-se do **Tema 988**, que destacou para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos representativos de controvérsia a resolução dos REsp's 1696369 e 1704520.

É certo que se tratou de julgamento por apertada maioria. Todavia, não se pode negar que a tese foi firmada nos seguintes termos: **“O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação”**.

Merece, ainda, destaque que houve modulação dos efeitos do julgamento, consoante a seguir *in verbis*:

“Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, pois somente haverá preclusão quando o recurso eventualmente interposto pela parte venha a ser admitido pelo Tribunal, modulam-se os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica apenas seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão” (acórdão publicado no DJe de 19/12/2018).

Registrados esses esclarecimentos, para que a dúvida que pairava sobre a interpretação da Lei Processual no ambiente jurídico do momento da impetração não desague em prejuízo formal à parte, traduzindo verdadeira negativa de prestação jurisdicional, em homenagem às garantias de amplo acesso à justiça contempladas na Constituição Federal, a impetração deve ser admitida.

3. Quanto ao mérito da impetração, a decisão judicial interlocutória que deu origem à presente demanda mandamental invocou delongada fundamentação de natureza constitucional para salientar que: (i) a causa é simples; (ii) não chegará jamais a 40 (quarenta) salários mínimos; (iii) não é razoável que a parte possa, por entendimento da doutrina e da jurisprudência, optar entre ingressar no Juízo Comum ou nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais, os quais foram constitucionalmente criados para tratar das causas com as características desta; (iv) a interpretação dada ao art. 3º, §3º, da Lei dos Juizados tem sido equivocada há mais de 20 anos, sendo, portanto, inconstitucional; (v) feita na análise econômica do conjunto dos processos em trâmite na Justiça, a utilização da Justiça Comum para uma causa adequada aos Juizados Especiais traduz conduta antirrepublicana; (vi) deve, então, declinar da competência, por entender trata-se de incompetência absoluta e não meramente uma incompetência relativa.

Em outras palavras, o Juízo de Primeiro Grau pronunciou a inconstitucionalidade da interpretação prevalecente da norma do §3º do art. 3º da Lei 9.099/95 e do art. 1º da Lei Estadual 10.675/96, adotando entendimento singular de que a competência do Juizado Especial Cível Estadual é territorial, mas absoluta, podendo inclusive ser pronunciada de ofício pelo órgão julgador.

4. Nesse aspecto, deve-se atentar para o fato de que a relação jurídica de direito material objeto da demanda originária da decisão judicial atacada é uma relação jurídica de consumo, possível acidente de consumo, o que se extrai da descrição registrada à fl. 5 da petição mandamental: *“A impetrante ajuizou a Ação Declaratória de Inexigibilidade de Cobrança c/c Dano Moral e Responsabilidade Civil Dissuasória (...) contra a empresa ATIVOS S/A COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS*

FINANCEIROS em razão de ter seu nome inscrito no rol dos inadimplentes por uma dívida inexigível”.

Por conseguinte, aludida relação jurídica há que ser regida também pelo microssistema de defesa do consumidor, com todo o rol de seus princípios e normas protetivas. Em outras palavras, qualquer interpretação que se dê às normas materiais e processuais de regência deve refletir e fazer preponderar os Princípios da Máxima Proteção, da Proibição do Retrocesso e da Vedação ao Obstáculo de Acesso à Justiça quanto a direitos e garantias fundamentais, nos termos dos dispositivos a seguir transcritos:

Constituição Federal de 1988

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”.

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...)

V - defesa do consumidor”.

Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078/90

“Art. 6º São direitos básicos do consumidor: VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;”.

A partir do referido pressuposto constitucional principiológico, extrai-se que o ordenamento jurídico e toda norma material ou processual que estabeleça uma garantia, uma prerrogativa, uma faculdade ao consumidor, deve ser preservada, ampliada, consolidada, mas não suprimida. Revela-se, em princípio, incompatível com a lógica do sistema jurídico pátrio suprimir direitos e garantias processuais expressos do consumidor, enquanto parte em processo judicial singular, com fundamento em razões atinentes à gestão econômica da Justiça, ou relacionadas à Gestão Pública dos Processos Judiciais.

5. A propósito, o dispositivo invocado como violado pela decisão judicial atacada na via mandamental apresenta a seguinte redação:

“Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas: I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo; II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil; III - a ação de despejo para uso próprio; IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo. § 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução: I - dos seus julgados; II - dos títulos executivos

extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei. § 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial. § 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.” (g n).

Com se extrai da citação supra, a norma expressamente designa que a propositura da demanda perante os Juizados Especiais Cíveis Estaduais, competência definida em razão do valor da causa, é uma opção do autor. O aspecto da prerrogativa conferida à parte autora é reforçado pelo fato de que implica, inclusive, a renúncia a qualquer valor excedente ao limite estabelecido para o exercício daquela jurisdição.

Cumpre esclarecer, ainda, que dizer absoluta ou relativa certa competência para conhecer e julgar os processos na Justiça traduz conferir à situação regulada a flexibilidade para modificação de competência ou não. Nas palavras de Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero, em Novo Código de Processo Civil Comentado, Revista dos Tribunais, 2015, p. 131:

“Dois são os regimes jurídicos a que se submete a competência: o da competência absoluta e o da competência relativa, organizados segundo a maior ou menor disponibilidade da vontade das partes sobre as normas determinadoras da competência. Pelo primeiro, o juiz pode conhecer de ofício em qualquer tempo ou grau de jurisdição a incompetência, não há preclusão de alegação pelas partes, a competência não se prorroga, não se modifica e não pode ser alterada pela vontade das partes. Pelo segundo, não pode conhecer de ofício a incompetência (Súmula 33/STJ), há preclusão da alegação se a parte não oferece a alegação de incompetência no prazo legal, prorrogando-se a competência, existindo ainda a possibilidade de sua modificação e alteração pela vontade das partes.”

Como regra geral, é possível afirmar que a competência funcional e a competência em razão da matéria são absolutas, já a competência em razão do valor da causa e a territorial são relativas. Existem exceções expressamente contempladas em lei. A norma geral está nos dispositivos a seguir citados, resguardando às causas de competência relativa sua modificação por cláusulas de eleição de foro livremente pactuadas entre as partes:

“Art. 62. A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.

Art. 63. As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações. § 1º A eleição de foro só produz efeito quando constar de instrumento escrito e aludir expressamente a determinado negócio jurídico. § 2º O foro contratual obriga os herdeiros e sucessores das

partes. § 3º Antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu. § 4º Citado, incumbe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro na contestação, sob pena de preclusão.”

Destarte, é de se reconhecer que a o sistema de normas processuais civis não conferiu margem para interpretações rebuscadas. Não há na lei qualquer dispositivo apto a corroborar com a interpretação desenvolvida pelo Juízo impetrado, no sentido de tratar a competência dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais como absoluta. Não serve como justificativa para a posição assumida pelo Juízo impetrado que a causa ser de baixa complexidade e de a autora, ora recorrente, perseguir possivelmente um valor módico de indenização por danos morais como provimento final.

6. Na mesma linha, o art. 101 do Código de Defesa do Consumidor coaduna com a flexibilidade, conferindo ao consumidor amplo acesso e facilitação de acesso à Justiça, quando dispõe:

“Art. 101. Na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, sem prejuízo do disposto nos Capítulos I e II deste título, serão observadas as seguintes normas:

I - a ação **pode ser** proposta no domicílio do autor;

II - o réu que houver contratado seguro de responsabilidade poderá chamar ao processo o segurador, vedada a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil. Nesta hipótese, a sentença que julgar procedente o pedido condenará o réu nos termos do art. 80 do Código de Processo Civil. Se o réu houver sido declarado falido, o síndico será intimado a informar a existência de seguro de responsabilidade, facultando-se, em caso afirmativo, o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador, vedada a denúncia da lide ao Instituto de Resseguros do Brasil e dispensado o litisconsórcio obrigatório com este.” (g n).

A propósito, a doutrina reconhece que se trata de uma garantia fundamental abarcada pelo Princípio do Amplo Acesso à Justiça a fixação da competência relativa para o caso de responsabilidade civil em reações de consumo, a flexibilização e a liberdade de escolha do foro para a propositura das demandas de responsabilidade civil do fornecedor, no relacionamento com o consumidor. Seja, então, citado o trecho do livro Manual do Direito do Consumidor – Direito Material e Processual – Volume Único, de Flávio Tartuce e Daniel Amorim Assumpção Neves, 7ª edição, 2018, ed. Método, item 10.4.1.:

“Na esteira dos ensinamentos de Nelson Nery Jr., o presente autor responde positivamente para a última indagação. Isso porque a cláusula de eleição de foro representa uma afronta ao direito fundamental do consumidor de facilitação de sua defesa, retirado do art. 6º, inc. VIII, do CDC.

Nessa linha, é totalmente desnecessário debater se houve ou não prejuízo ao consumidor, como muitas vezes insiste a jurisprudência (nesse sentido: STJ – REsp 1.089.993/SP – Terceira Turma – Rel. Min. Massami Uyeda – j. 18.02.2010 – DJe 08.03.2010; STJ – REsp 1084291/RS – Terceira Turma – Rel. Min. Massami Uyeda – j. 05.05.2009 – DJe 04.08.2009; STJ – REsp 669.990/CE – Quarta Turma – Rel. Min. Jorge Scartezzini – j. 17.08.2006 – DJ 11.09.2006, p. 289; e TJSP – Agravo de Instrumento 0567717-26.2010.8.26.0000 – Acórdão n. 5023138, São Paulo – Vigésima Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Francisco Giaquinto – j. 14.02.2011 – DJESP 15.04.2011).”

Ressalve-se, no ponto, que a relação jurídica no caso concreto se faz de consumo por equiparação, nos moldes do art. 17 do Código de Defesa do Consumidor. A recorrente identifica-se na figura de consumidora *bystander*.

Outrossim, a facilitação do acesso à Justiça estaria subvertida se acaso fosse adotada interpretação da legislação que impusesse ao autor, no caso consumidor por equiparação, a obrigatoriedade de propor suas demandas em Juizados, ainda que isso fosse de algum modo contrário a seu interesse.

7. Saliente-se que o entendimento ora defendido está refletido em inúmeros julgados desta Corte Superior, os quais afirmam, sem pairar controvérsia, a competência relativa e a facultatividade para propor demandas nos Juizados Especiais Estaduais. Na jurisprudência, é inequívoco que se pretende conferir ao proponente da demanda a decisão sobre escolher entre a Justiça Comum e os Juizados Especiais Cíveis Estaduais.

Esse posicionamento consolidou-se a tal ponto que foi objeto de publicação pelo STJ, na Edição 89 do Jurisprudência em Teses, em que se firmou 16 teses sobre os Juizados Especiais, sendo uma delas a seguinte: ***“O processamento da ação perante o juizado especial estadual é opção do autor que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça comum”***.

A título de ilustração, sejam citadas as ementas de alguns precedentes sobre o tema:

“PROCESSUAL CIVIL. CONTROLE DE COMPETÊNCIA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO. ART. 3º, § 3º, DA LEI 9.099/1995 E ART. 1º DA LEI ESTADUAL 10.675/1996. OPÇÃO DO AUTOR. 1. Hipótese em que o Tribunal local consignou: “esta Corte Estadual já vem afastando a possibilidade de manejo do ‘mandamus’ com a finalidade de suprir hipótese não prevista no rol taxativo do art. 1.015 do Novo Código de Processo Civil” (fl. 194, e-STJ). 2. “A jurisprudência do STJ admite a impetração de mandado de segurança para que o Tribunal de Justiça exerça o controle da competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, vedada a análise do mérito do processo subjacente” (RMS 33.155/MA, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 29.8.2011). 3. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que “o processamento da ação perante o Juizado Especial é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum” (REsp. 173.205/SP, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha, Quarta Turma, DJ

14.6.1999). A propósito: REsp 331.891/DF, Rel. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Terceira Turma, 21.3.2002; REsp 146.189/RJ, Rel. Ministro Barros Monteiro, Quarta Turma, DJ 29.6.1998. 4. O art. 3º, § 3º, da Lei 9.099/1995 e o art. 1º da Lei Estadual 10.675/1996 permitem que a demanda seja ajuizada no Juizado Especial ou na Justiça Comum, sendo essa uma decisão da parte. 5. Recurso Ordinário provido.” (RMS 53.227/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017).

“PROCESSUAL CIVIL. CONTROLE DE COMPETÊNCIA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO. ART. 3º, § 3º, DA LEI 9.099/1995 E ART. 1º DA LEI ESTADUAL 10.675/1996. OPÇÃO DO AUTOR. 1. Hipótese em que o Tribunal local consignou: “esta Corte Estadual já vem afastando a possibilidade de manejo do ‘mandamus’ com a finalidade de suprir hipótese não prevista no rol taxativo do art. 1.015 do Novo Código de Processo Civil” (fl. 194, e-STJ). 2. “A jurisprudência do STJ admite a impetração de mandado de segurança para que o Tribunal de Justiça exerça o controle da competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, vedada a análise do mérito do processo subjacente” (RMS 33.155/MA, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 29.8.2011). 3. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que “o processamento da ação perante o Juizado Especial é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum” (REsp. 173.205/SP, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha, Quarta Turma, DJ 14.6.1999). A propósito: REsp 331.891/DF, Rel. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Terceira Turma, 21.3.2002; REsp 146.189/RJ, Rel. Ministro Barros Monteiro, Quarta Turma, DJ 29.6.1998. 4. O art. 3º, § 3º, da Lei 9.099/1995 e o art. 1º da Lei Estadual 10.675/1996 permitem que a demanda seja ajuizada no Juizado Especial ou na Justiça Comum, sendo essa uma decisão da parte. 5. Recurso Ordinário provido.” (RMS 53.227/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017).

“JULGAMENTO ANTECIPADO. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.

I ? Só se realiza a audiência de conciliação se não se verificar a hipótese de julgamento antecipado da lide.

II - Fundamentando-se o recurso na alínea “c” do permissivo constitucional, impõe-se o cumprimento à disposição do art. 255, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Recurso especial não conhecido.”

(REsp 297.432/PI, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/02/2002, DJ 11/03/2002, p. 253).

“PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE VALOR NÃO EXCEDENTE A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. JUIZADO ESPECIAL. FACULDADE DO AUTOR. ARTIGO 3º, § 3º, DA LEI N. 9.099/95.

O processamento da ação perante o Juizado Especial é opção do autor,

que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum. Precedentes.

Recurso conhecido e provido.”

(REsp 173.205/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 27/04/1999, DJ 14/06/1999, p. 204)

Em tempo, merece destaque que, em oportunidade anterior, no RMS n. 58.110/RS, de relatoria da eminente Min. Nancy Andrighi, esta c. Corte Superior de Justiça deu provimento ao recurso ordinário em *writ* impetrado contra decisão interlocutória similar originada do mesmo Tribunal de origem, a qual mantinha a declinação da competência da Justiça Comum, de ofício, em prol do Juizados Especiais Cíveis. Aludida decisão monocrática foi publicada em 31/10/2018, deduzindo a seguinte fundamentação:

[...]

Inicialmente, convém salientar que, consoante o firme entendimento desta Corte, é admitida a impetração de mandado de segurança *"para que o Tribunal de Justiça exerça o controle da competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, vedada a análise do mérito do processo subjacente"* (RMS 33.155/MA, 4ª Turma, DJe de 29/8/2011).

Ainda nesse sentido, vale conferir os seguintes julgados: RMS 53.927/SC, 3ª Turma, DJe de 30/10/2017; RMS 46.955/GO, Rel. 3ª Turma, DJe de 17/08/2015; RMS 45.115/GO, 3ª Turma, DJe de 01/09/2014 e RMS 48.259/PA, 4ª Turma, DJe de 25/10/2016.

Assim, não há óbice a que, na espécie, o mérito do presente *writ* seja examinado.

Adentrado o mérito, verifica-se que assiste razão ao impetrante, ora recorrente, haja vista que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que *"o processamento da ação perante o Juizado Especial é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum"* (REsp. 173.205/SP, 4ª Turma, DJ de 14.6.1999).

A propósito, pode-se conferir os seguintes precedentes:

"Processual Civil. Juizados Especiais. Ação visando a restituição de parcelas pagas em contrato de compra e venda. Competência.

I - Se a autora preconiza a devolução de valor inferior ao estabelecido pelo art. 3º, I, da Lei 9099/95, ***pode a ação ser proposta perante o Juizado Especial, sendo esta uma opção sua.*** Precedentes desta Corte.

II - Recurso especial não conhecido.

(REsp 331.891/DF, 3ª Turma, DJ de 21/3/2002)

COMPETENCIA. AÇÃO REPARATORIA DE DANO CAUSADO EM ACIDENTE DE VEICULOS. VARA CIVEL E JUIZADO ESPECIAL CIVEL. ART. 3., INC. II, DA LEI 9.099, DE 26/09/95.

AO AUTOR E FACULTADA A OPÇÃO ENTRE, DE UM LADO, AJUIZAR A SUA DEMANDA NO JUIZADO ESPECIAL, DESFRUTANDO DE UMA VIA RAPIDA, ECONOMICA E DESBUROCRATIZADA, OU, DE OUTRO,

NO JUÍZO COMUM, UTILIZANDO ENTÃO O PROCEDIMENTO SUMÁRIO.

RECURSO ESPECIAL CONHECIDO, MAS IMPROVIDO.

(REsp 146.189/RJ, 4ª Turma, DJ de 29/6/1998).

Cabe ressaltar que o art. 3º, § 3º, da Lei 9.099/95 permite que a demanda seja proposta no Juizado Especial ou na Justiça Comum, sendo essa uma decisão da parte, *in verbis*:

"Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

(...) § 3º *A opção pelo procedimento previsto nesta Lei* importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação".

Assim, mostra-se teratológica a decisão do juiz de piso que declinou de ofício da competência, violando o direito da autora de optar pelo procedimento ordinário da Justiça Comum.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, V, "a", do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso ordinário para conceder a segurança pleiteada, a fim de manter a competência do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Santa Rosa/RS para o processamento e julgamento da ação proposta.

8. Feitos os registros acima, revela-se que a decisão judicial interlocutória atacada pela impetração do mandado de segurança apresenta-se teratológica também por violar expressa orientação jurisprudencial, firmada em enunciado da Súmula 33/STJ, nos termos do qual: "*a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício*". Na mesma linha, foi emitido o Enunciado 1 do FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais, o qual estabeleceu: "*O exercício do direito de ação no Juizado Especial Cível é facultativo para o autor.*"

Por fim, as normas protetivas do microsistema de defesa do consumidor são normas de ordem pública, força cogente, de modo que a interpretação ab-rogante realizada pelo Juízo de Primeiro Grau, confirmada pelo Tribunal recorrido, deve ser afastada. Conjugados, os dispositivos da Lei dos Juizados Especiais Estaduais e do Código de Defesa do Consumidor e do Código de Processo Civil deixam inequívoco o desacerto da decisão impetrada, que contraria a lógica do sistema protetivo, ao se sobrepor à expressa disposição de lei.

Ao abrigo desses pressupostos, estabelece-se que há liberdade para a autora, ora recorrente, escolher se sua demanda deva ser submetida a conhecimento e julgamento pela Justiça Comum ou pelos Juizados Especiais Cíveis estaduais. De tal modo, revelou-se teratológica a decisão do Juízo de piso, que declinou de ofício da competência, violando o direito da autora de optar pelo procedimento ordinário da Justiça Comum.

9. Diante do exposto, dou provimento ao recurso ordinário para conceder a segurança pleiteada, a fim de manter a competência do Juízo da 2ª Vara Cível da

Comarca de Santa Rosa/RS para o processamento e julgamento da ação proposta.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

